

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE DOCENTES MUNICIPAIS NO
SUDOESTE DA BAHIA**

**WORKING CONDITIONS AND HEALTH OF MUNICIPAL TEACHERS IN THE
SOUTHWEST OF BAHIA**

**CONDICIONES DE TRABAJO Y SALUD DE LOS DOCENTES MUNICIPALES DEL
SUROESTE DE BAHÍA**

Daniela Oliveira Vidal da Silva¹ 0000-0002-2316-3035
Vera Lúcia Fernandes de Brito² 0000-0003-0857-0174
Claudio Pinto Nunes³ 0000-0003-1514-6961

¹Centro Universitário UniFTC – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil;
danielaovdasilva@gmail.com

²Instituto Federal Baiano – Itapetinga, Bahia, Brasil; vlfbrito@gmail.com

³Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil;
claudionunesba@hotmail.com

RESUMO:

Este texto objetiva apresentar uma análise acerca das condições de trabalho e de saúde de professores no contexto do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA) e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA). Trata-se de um estudo de natureza exploratória, com abordagem quali-quantitativa e valeu-se de questionário virtual, elaborado a partir da Plataforma On-line Google Docs como instrumento de coleta de dados, caracterizada a pesquisa do tipo survey, tendo como participantes os docentes das redes municipais de ambos os territórios. Os resultados indicam que os professores recebem remuneração menor que outros profissionais com o mesmo nível de formação, que a intensificação do trabalho docente causa sobrecarga e adoecimento destes profissionais.

Palavras-chave: condições de trabalho; trabalho docente; saúde.

ABSTRACT:

This text aims to present an analysis of the working and health conditions of teachers in the context of the Identity Territory of the Middle Southwest of Bahia (TIMSOBA) and Identity Territory of Southwest of Bahia (TISOBA). This is an exploratory study, with a quali-quantitative approach and used a virtual questionnaire, prepared from the Google Docs Online Platform as a data collection instrument, characterized as survey-type research, with participants teachers from municipal networks in both territories. The results indicate that teachers receive lower remuneration than other professionals with the same level of training, that the intensification of teaching work causes overload and illness of these professionals.

Keywords: work conditions; teaching work; health.

RESUMEN:

Este texto tiene como objetivo presentar un análisis de las condiciones de trabajo y de salud de los docentes en el contexto del Territorio de Identidad del Medio Suroeste da Bahia

(TIMSOBA) y Territorio de Identidad del Suroeste de Bahía (TISOBA). Se trata de un estudio exploratorio, con enfoque cuali-cuantitativo y que utilizó como instrumento de recolección de datos un cuestionario virtual, elaborado a partir de la plataforma en línea Google Docs, caracterizado como una investigación tipo encuesta, con participantes docentes de las redes municipales de ambos territorios. Los resultados indican que los docentes reciben una menor remuneración que otros profesionales con el mismo nivel de formación, que la intensificación del trabajo docente provoca sobrecarga y enfermedad de estos profesionales.

Palabras clave: condiciones de trabajo; trabajo docente; salud.

Introdução

Após anos de lutas, os aspectos relativos à valorização dos profissionais de magistério ganharam destaque na agenda da política educacional com a aprovação da Constituição Federal de 1988. A partir de então, documentos regulatórios foram aprovados e direitos garantidos na forma de lei. Avanços significativos aconteceram após este período, conquistas importantes na valorização dos profissionais do magistério foram aprovadas. Entretanto, é relevante destacar que nem sempre as conquistas aprovadas em Lei são implementadas e colocadas em prática. Desta forma, tais documentos, em alguns contextos ou entes federados, terminam por não reverberar em ganhos reais para os profissionais.

Necessário registrar que o cenário político nacional passou por muitas alterações a partir do ano de 2016, conforme já registrado em vários estudos (SILVA; BRITO; NUNES, 2019; SILVA; BRITO; NUNES, 2020). Conseqüentemente, as políticas educacionais, por serem parte integrante deste processo, também sofreram os impactos destas transformações, interferindo diretamente nas questões relacionadas à valorização dos profissionais do magistério no país, demarcadas na proposta aprovada do Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE – 2018) que, dentre outras pautas, trata das condições de trabalho e saúde docente.

Neste contexto de avanços e retrocessos, o presente estudo toma como referência as discussões que envolvem as condições de trabalho e saúde do docente, o conceito de valorização dos profissionais da educação definido pela Confederação Nacional de Educação de 2018 (CONAE, 2018), que contemplam a saber: Formação, Carreira, Remuneração e Condições de Trabalho e Saúde. Outros estudos (SILVA; NUNES, 2021; SILVA, 2019; BRITO, 2019; ILHA; HYPOLITO, 2014; FERNANDES; BARBOSA, 2014; BRITO; PRADO; NUNES, 2017; MOURA; RIBEIRO; CASTRO NETA; NUNES, 2019; NUNES, 2019; OLIVEIRA; SILVA; BRITO; NUNES, 2018; SILVA; NUNES, 2019; CASTRO NETA;

CARDOSO; NUNES, 2021; TEIXEIRA; NUNES, 2016; TEIXEIRA; NUNES, 2019a; TEIXEIRA; NUNES, 2019b; TEIXEIRA; NUNES, 2019c) destacam a temática com o intuito de promover um debate mais amplo que possibilite repensar políticas e práticas relativas às condições de trabalho e saúde dos referidos profissionais.

Os dados apresentados neste artigo compõem os resultados do recorte de duas pesquisas maiores que aqui tem como objetivo central realizar uma análise comparativa dos aspectos relativos às condições de trabalho e saúde, a partir da perspectiva dos docentes que colaboraram com as pesquisas e que pertencem às redes de ensino municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA) e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA).

O Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia está localizado predominantemente no Centro Sul Baiano, ocupando uma área aproximada de 11.943,75 km (IBGE, 2018), o qual corresponde a aproximadamente 2,1% do território estadual, e é composto administrativamente por 13 (treze) municípios: Caatiba, Firmino Alves, Ibicui, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macaraní, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) sinalizam que os 13 municípios do Território tinham 2.104 professores pertencentes às redes municipais.

Já o Território de Identidade do Sudoeste Baiano está localizado no Centro Sul da Bahia, ocupando uma área aproximada de 27.275,6 km (IBGE, 2018), o qual corresponde a aproximadamente 4,8% do território estadual e é composto administrativamente por 24 (vinte e quatro) municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (BAHIA, 2015). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontam que o Território tinha 5.330 professores nas redes municipais distribuídas nos 24 municípios.

Os Territórios de Identidade que compõem o espaço geográfico escolhido como *locus* deste estudo englobam juntos um total de 37 municípios do Estado da Bahia, perfazendo um quantitativo de 7.434 docentes, justificando a necessidade deste trabalho e a importância de refletir criticamente a respeito das condições de trabalho e saúde destes profissionais.

Ressalta-se que a denominação Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia. Segundo o § 1º, do artigo 1º, do Decreto nº 12.354/2010:

Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos; e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010).

A configuração original dos Territórios de Identidade sofreu ajustes e, atualmente, está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Plurianual 2016-2019, ampliando para 27 Territórios.

Para atingir a finalidade proposta deste estudo, metodologicamente optou-se pelo estudo de natureza exploratória, por meio de abordagem qualitativa, que se utiliza de informações quantitativas para fundamentar as características e os aspectos que envolvem as políticas educacionais relacionadas à valorização docente.

Considerando os objetivos a serem alcançados neste trabalho, escolheram-se como instrumentos para coletas de dados a pesquisa de campo caracterizada por uma pesquisa do tipo *survey*. Este tipo de pesquisa pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, que normalmente utiliza-se o questionário. Foi aplicado um questionário virtual, elaborado a partir da Plataforma On-line Google Docs, com os professores das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, buscando obter mais informações sobre as condições de trabalho e saúde dos docentes envolvidos no estudo.

Do universo total de 2.104 docentes que compõem as redes municipais do TIMSOBA (IBGE, 2018), conseguiu-se enviar o questionário que integra este estudo para 265 (duzentos e sessenta e cinco) professores, sendo 136 (cento e trinta e seis) convites feitos por endereço (e-mail) e 129 (cento e vinte e nove) contatos diretamente através da rede social WhatsApp. Do total de docentes para os quais foi enviado o questionário, obteve-se um retorno de 114 (cento e catorze) questionários respondidos.

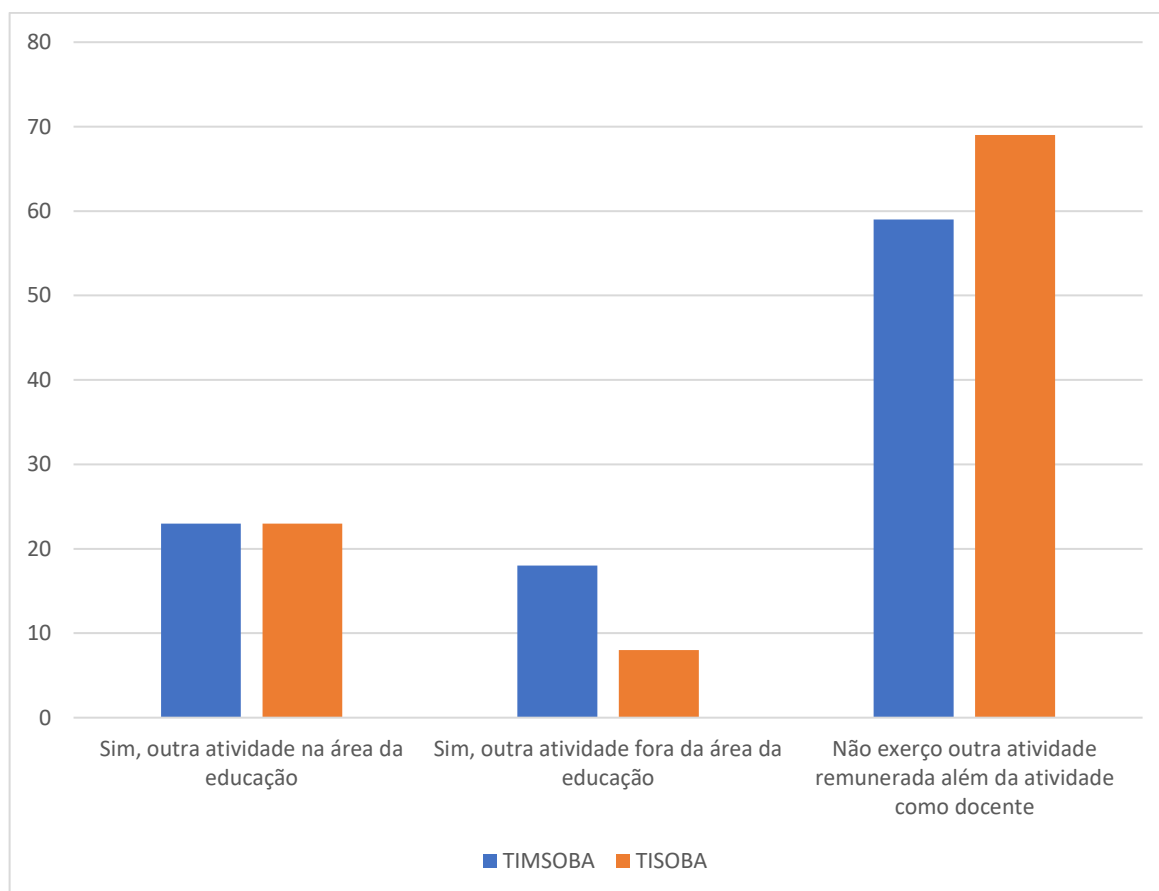
Já do total de 5.330 docentes que compõem o universo de professores municipais do TISOBA, conforme dados recolhidos dos dados do Censo Educacional 2015, obteve-se através do critério por adesão, 107 (cento e sete) professores respondentes do questionário que colaboraram com a pesquisa.

Condições de trabalho e saúde: análise do praticado a partir da percepção do sujeito docente

Os dados aqui apresentados refletem o resultado da análise de questões relacionadas às condições de trabalho e saúde dos profissionais do magistério público das redes municipais do

Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA) e o do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA), a partir da perspectiva direta dos docentes colaboradores das pesquisas e suas percepções de valorização profissional. Para tal finalidade, serão analisadas as respostas obtidas com os questionários respondidos pelos professores de ambos Territórios de Identidade. Serão apresentados os dados relacionados às condições de trabalho às quais os professores são submetidos e a análise de fatores relativos às condições de saúde do trabalhador docente.

Gráfico 1 - Distribuição de professores das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, respectivamente, quanto ao exercício de outra atividade remunerada além da docência



Fonte: Dados atualizados a partir de Silva (2019) e Brito (2019).

No que diz respeito às condições de trabalho dos docentes pesquisados, o gráfico 1 apresenta análise relativa à distribuição dos professores das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, respectivamente quanto ao exercício de outra atividade remunerada além da docência. A pesquisa constatou que no TIMSOBA um quantitativo total de 41% de professores exerce outra atividade remunerada além da docência, sendo esse percentual distribuído no exercício em outra atividade na área educacional (23%) e em outra atividade fora da área de educação (18%) do total de sujeitos respondentes. Os demais 59% responderam que só exercem atividade remunerada na condição de docente.

Em relação aos docentes do TISOBA, de acordo gráfico 1, no âmbito do exercício de outra atividade remunerada para além da docência e que seja desenvolvida para aumentar a renda 68,2% dos colaboradores que responderam que não exercem outra atividade remunerada. Os que responderam que exercem outra atividade remunerada na área de educação compuseram um percentual de 23,4% e citaram que exercem também a docência na rede estadual, regência de classe em uma escola estadual de ensino médio, que é professor de ensino superior, professor em escola da rede privada, professor de cursinho ou exerce função de direção.

Outros 9,3% responderam que exercem outra atividade remunerada fora da área de educação, a saber: artesanato, locação de imóveis, agropecuária, pinturas personalizadas em veículos e promotora de eventos de festas infantis.

Desta forma, é possível inferir que a maior parte dos participantes da pesquisa trabalham em apenas uma escola e não exercem outra atividade remunerada, conseguindo manter suas despesas com os valores que recebem no exercício da atividade docente.

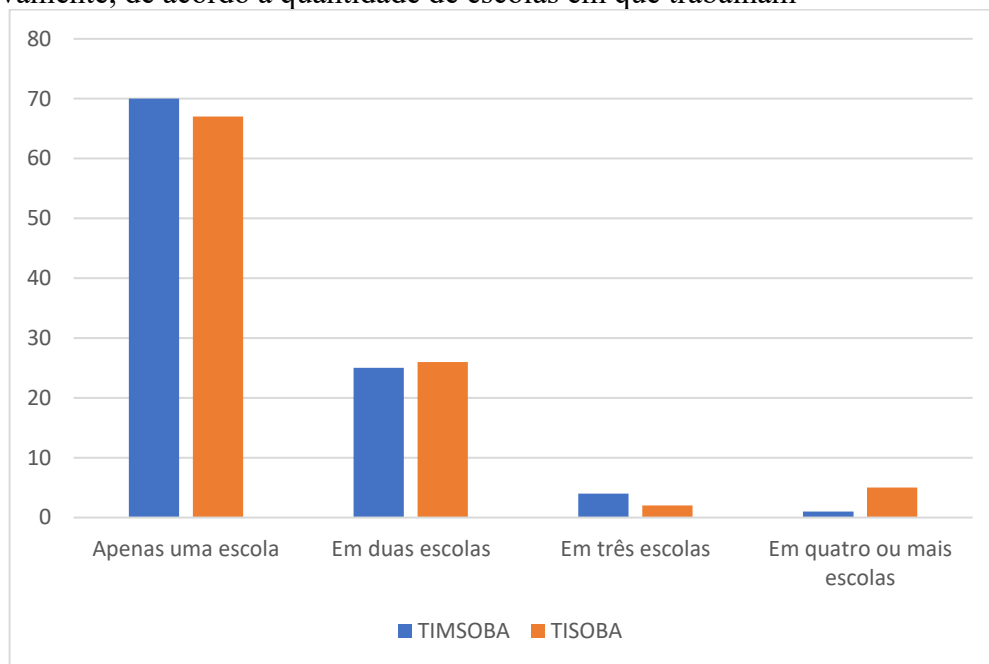
Apesar do exposto, é preciso destacar que os dados apresentados revelam que o total de professores que necessitam exercer outra atividade remunerada é elevado. Deduz-se que esse fato pode estar relacionado aos baixos salários recebidos pelos professores, conforme estudo de Masson (2017), em que a autora destaca que os professores ganham menos que outros profissionais com o mesmo nível de formação:

Os professores fazem parte de uma categoria profissional que recebe menos do que outros profissionais com a mesma formação e, embora saibamos da impossibilidade ontológica do Estado ser mediador para a superação das formas desiguais de vida e trabalho na sociedade capitalista, é fundamental a organização coletiva desses profissionais para a manutenção, garantia e ampliação de direitos no plano legal. (MASSON, 2017, p. 861)

Conforme dados disponibilizados na plataforma Observatório do PNE, os docentes recebiam no ano de 2015, em média, apenas o equivalente a 52,5% do salário de outros profissionais com o mesmo nível de formação. A meta 17 do PNE-2014 previa que até o ano de 2020, todos os profissionais da educação teriam seus rendimentos equiparados ao rendimento médio dos demais profissionais com a mesma titulação.

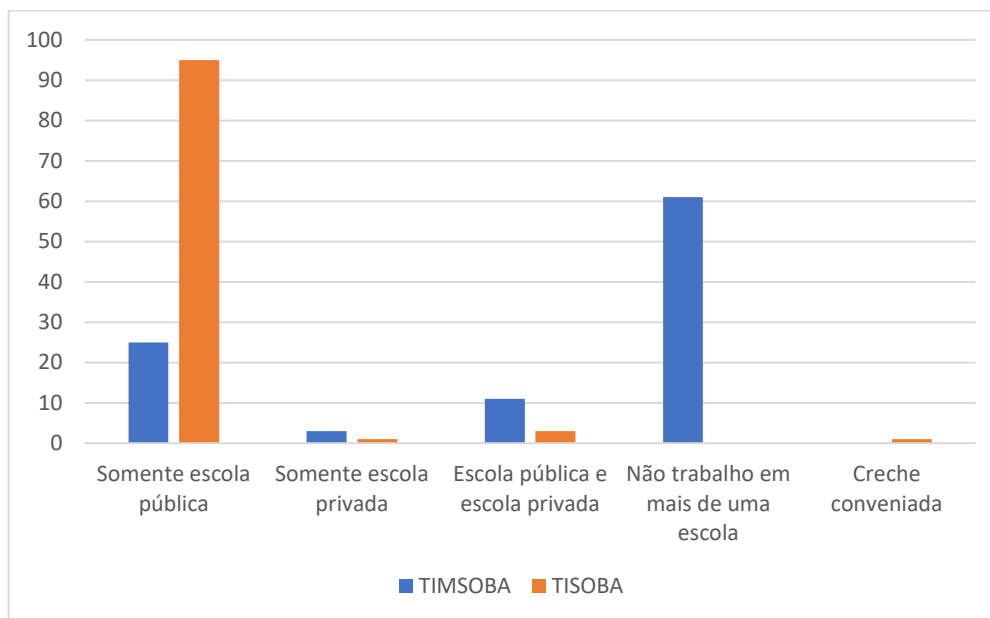
O que se encontra ainda hoje, passados alguns anos após a aprovação do PNE 2014-2024 são professores recebendo uma remuneração muito baixa, o que os obriga a exercerem outras atividades, conforme inventariado no gráfico 01. É possível inferir que o exercício de outras atividades simultaneamente às atividades de docência ocorre devido à necessidade de complementar renda mensal, uma vez que o que ganham como professores não seja suficiente.

Gráfico 2 - Distribuição de docentes das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, respectivamente, de acordo a quantidade de escolas em que trabalham



Fonte: Dados atualizados a partir de Silva (2019) e Brito (2019).

Gráfico 3 - Distribuição de docentes das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, respectivamente, de acordo a natureza da instituição de vínculo



Fonte: Dados atualizados a partir de Silva (2019) e Brito (2019).

Nos gráficos 2 e 3 é apresentada a distribuição de docentes das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA, respectivamente, de acordo a quantidade de escolas em que trabalham e também com o percentual de professores de acordo a natureza da instituição que

atuam, no caso dos professores que mantêm vínculo empregatício com mais de uma instituição.

Os dados levantados no TIMSOBA retratam que a maior parte de professores respondentes do questionário atua em apenas 01 escola, com percentual de 70% de sujeitos. O quantitativo de 25% trabalha em duas escolas, e na sequência aparecem aqueles que desenvolvem suas atividades em três instituições, com 4%. Finalizando a análise encontrou-se ainda 1 (um) professor que sinalizou trabalhar em 4 escolas ou mais.

Ressalta-se que foi identificado um quantitativo de 34 professores, o que representa 30% do total de sujeitos participantes do estudo, que desenvolvem suas atividades profissionais em mais de uma escola. No caso dos docentes que trabalham em outras instituições, além das escolas pertencentes às redes municipais do TIMSOBA, tem-se os seguintes percentuais, de acordo a natureza institucional, a saber: escolas públicas (25%); uma escola pública e uma privada (11%) e, por fim, 3 professores responderam que, além das redes municipais do TIMSOBA, também trabalham na rede privada de ensino.

Já no TISOBA, destaca-se que 66,7% dos professores trabalham em apenas uma escola; 25,9% em 2 escolas; 6,5% em quatro ou mais escolas e 0,9% em 3 escolas. Observa-se também que a maioria, representada por 95,4% dos professores, trabalha somente em escolas públicas, perfazendo um quantitativo de 103 professores. Apenas 1 professor trabalha somente em escola privada e 3 trabalham em escola pública e privada. Outra opção sinalizada é creche filantrópica conveniada, em que os funcionários são municipais e, nesse caso, apenas 1 professor se identificou neste tipo de instituição.

Apesar de os dados revelarem que nos dois Territórios de Identidade pesquisados, a maior parte dos docentes trabalha em apenas uma escola, os dados dos professores que trabalham em mais de uma escola são representativos e retratam uma realidade que reflete o processo de intensificação do trabalho docente, que se materializa a partir de algumas determinantes. Isso pode ser identificado a partir das dificuldades que estes profissionais podem enfrentar na condução das suas atividades, no sentido de problemas de deslocamento, na organização da rotina diária, o que pode ocasionar situações de sobrecarga, insatisfação e adoecimento nos profissionais submetidos a esta situação. A realidade apresentada nos gráficos anteriores coaduna com a definição de intensificação do trabalho docente definido por Piovezan e Del Ri (2019, p. 2) como sendo este “[...] a expansão quantitativa do número de aulas, turmas, alunos, turnos de trabalho e escolas em que os docentes lecionam”.

Ao se referir à variação percentual de docentes atuantes nas duas redes municipais pesquisadas, tendo como base a carga horária semanal de trabalho docente e do tempo/espço dedicado para planejamento pelos docentes, tem-se a os dados evidenciados na Tabela 1.

Tabela 1 - Variação percentual de docentes das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA com base na carga horária semanal de trabalho docente e do tempo/espaço dedicado para planejamento pelos docentes.

Carga horária semanal de trabalho dos docentes	TIMSOBA %	TISOBA %	Tempo/Espaço dedicado para planejamento pelos docentes	TIMSOBA %	TISOBA %
20h semanais	40,4%	39,8%	Apenas na escola – nos intervalos	1,8%	2,3%
30h semanais	0,0%	0,9%	Apenas na escola – em momentos específicos para planejamento	15,8%	18,5%
40h semanais	47,4%	51,9%	Apenas em casa	6,1%	8,3%
60h semanais	12,2%	7,4%	Parte em casa e outra parte na escola	76,3%	70,9%

Fonte: Dados atualizados a partir de Silva (2019) e Brito (2019).

Na tabela 1, portanto, foi realizada a análise dos determinantes relacionados à carga horária de trabalho docente dentro de sala de aula, assim como o tempo/espaço dedicado para planejamento pelos docentes, tanto do TIMSOBA quanto do TISOBA.

Os dados do TIMSOBA revelam que 47,4% dos professores possuem uma carga horária total de 40h semanais; 40,4% possuem 20h; 12,2% possuem 60h e nenhum docente trabalha 30h. Com relação ao tempo/espaço individual dedicado ao planejamento das atividades docentes 76,3% afirmam que realiza parte em casa e outra parte na escola e 15,8% realizam seu planejamento apenas na escola em momentos específicos para desenvolvimento desta atividade. Já 6,1% dos docentes participantes da pesquisa realizam o planejamento apenas em casa e 1,8% realizam o planejamento apenas na escola nos horários de intervalos.

No caso do TISOBA, 51,9% dos professores possuem uma carga horária total de 40h semanais; 39,8% possuem 20h; 0,9% possuem 30h e 7,4% possuem 60h. Com relação ao tempo/espaço individual dedicado ao planejamento das atividades docentes 70,9% afirmam que realiza parte deste em casa e outra parte na escola e 18,5% realizam seu planejamento apenas na escola em momentos específicos para desenvolvimento desta atividade. Já 8,3% realizam o planejamento apenas em casa e 2,3% realizam o planejamento apenas na escola nos horários de intervalos.

Considerando a variação percentual dos docentes das redes municipais dos dois Territórios de Identidade representados nesta pesquisa, é possível verificar que a soma do percentual de docentes que trabalham 20h e 40h no TIMSOBA é de 87,8% e no TISOBA é de 91,7%.

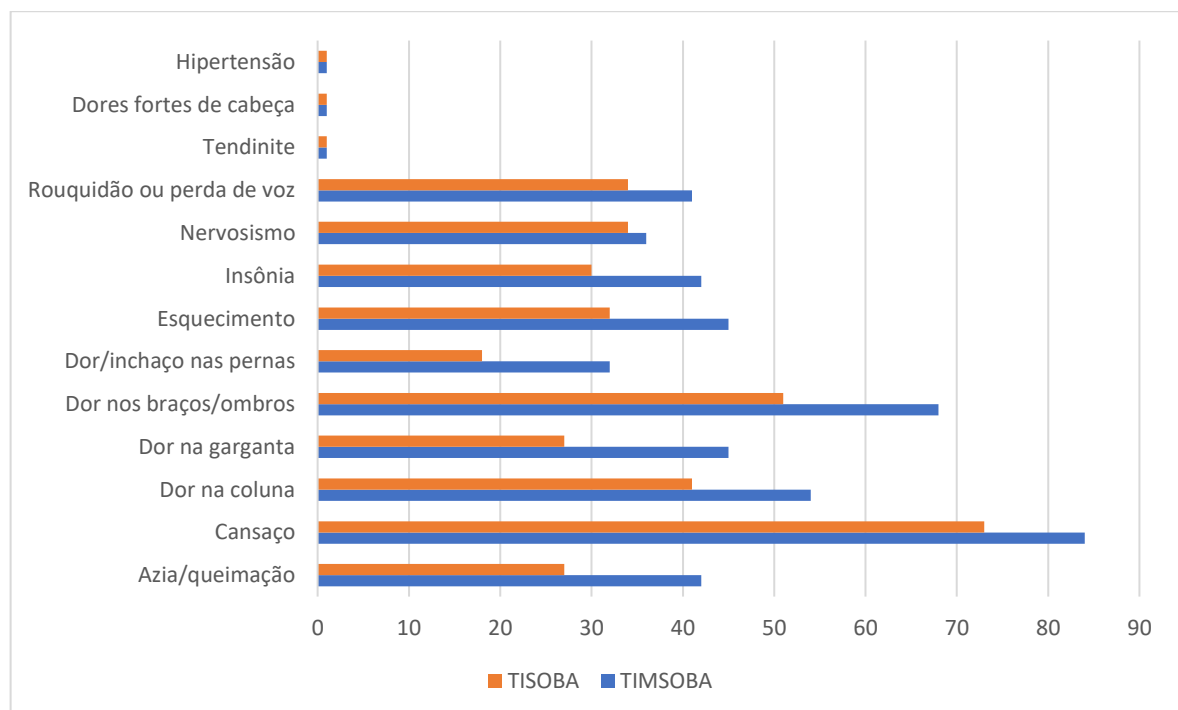
Tomando como base o tempo/espaço dedicado para planejamento das atividades pelos docentes temos representados na tabela 1, um comparativo entre o TIMSOBA e o TISOBA,

destacando respectivamente um percentual de 76,3% e 70,9% de docentes que realizam o planejamento parte em casa e outra parte na escola e, 15,8% e 18,5% que realizam apenas na escola em momentos específicos para planejamento.

Oliveira e Vieira (2012) consideram que a jornada de trabalho formal do docente envolve a carga horária de trabalho em sala de aula e o tempo que o sujeito tem disponível para realizar as tarefas extraclasse, que envolvem o planejamento e preparação de aulas, a elaboração e a correção de provas, o preenchimento de diários e frequências, os estudos e as tarefas relacionadas com a docência que são realizadas fora da escola.

Dessa forma, é possível compreender que este estudo evidencia que 6,1% e 8,3% dos docentes do TIMSOBA e TISOBA, respectivamente, realizam o planejamento apenas em casa e 76,3 (TIMSOBA) e 70,9% (TISOBA) realizam suas atividades de planejamento intercalando tempos de trabalho tanto na escola como em casa. Esses dados revelam o trabalho invisível desenvolvido pelos professores que levam parte do trabalho para casa e utilizam o tempo de estar com a família, de estar realizando atividades de cuidados com a saúde física e mental, de lazer, cultura, para dedicar às tarefas do fazer docente. Esta significativa ampliação da jornada de trabalho também resulta na intensificação do trabalho que além do expressivo aumento da carga horária sem remuneração, leva o docente a um esgotamento mental e físico causando adoecimento da classe.

Gráfico 4 - Problemas de saúde dos docentes das redes municipais do TIMSOBA



Fonte: Dados atualizados a partir de Silva (2019) e Brito (2019).

O gráfico 4 retrata questões diretamente relacionadas à saúde dos professores pertencentes às redes municipais dos Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA) e do Território de Identidade do Sudoeste da Bahia (TISOBA). O gráfico apresenta as principais complicações de saúde citadas pelos docentes e seus respectivos percentuais.

Dos problemas de saúde constantes identificados, o cansaço aparece como o principal incômodo à saúde dos professores, apontado por 73,7% de docentes respondentes no TIMSOBA e 73% no TISOBA. Na sequência destacam-se dores nos braços e ombros 59,6% no TIMSOBA e 51% no TISOBA; dores na coluna 47,4% no TIMSOBA e 41% no TISOBA; esquecimento aparece com 39,5% no TIMSOBA e 32% no TISOBA; e, dores na garganta 39,5% no TIMSOBA e 27% no TISOBA. Azia, queimação e insônia são problemas de saúde apontados por 36,8% de sujeitos do TIMSOBA e no TISOBA por 27% e 30% respectivamente. E, além desses, destacam problemas de insônia apontada como problema de saúde para 31,6% dos docentes municipais do TIMSOBA e 30% para os do TISOBA.

Segundo Silva, Lessa, Vidal e Souza (2020), a relação entre as condições de trabalho e emocionais do professor, aliadas à desvalorização da profissão em relação à remuneração recebida e o estresse pelo trabalho realizado, são fatores que podem estar diretamente relacionados aos achados relativos aos problemas de saúde dos docentes. O gráfico 4 revela que os docentes das redes municipais do TIMSOBA e do TISOBA além dos fatores citados, podem estar afetados e prejudicados em sua saúde física e emocional porque 41% no TIMSOBA e 31,8% no TISOBA, destes além da atribuição da docência exercem outras atividades profissionais na área de educação ou em outras áreas.

Assunção e Oliveira (2009) sinalizam que um dos fatores que colaboraria para o adoecimento dos professores seria a insegurança financeira provocada pelos baixos salários diante do grau de responsabilidade da atividade de docência. Fatores relacionados à desvalorização da profissão docente no quesito da remuneração que afetam diretamente a saúde do profissional, uma vez que a baixa remuneração obriga os mesmos a aumentarem sua carga de atribuições para elevar a renda mensal.

Os dados evidenciados neste estudo revelam que todas as questões relacionadas à sobrecarga e às condições de trabalho presentes nas instituições de ensino, especialmente a carga horária elevada de trabalhos e os baixos salários provocam a intensificação das atividades do professor, acarretando o aparecimento de problemas de saúde.

Considerações finais

A análise empreendida neste estudo retratando as condições de trabalho e de saúde a partir da percepção dos docentes das redes municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA) e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (TISOBA) permite inferir que ainda existem muitos desafios a serem superados na questão da implementação das políticas de valorização profissional nos Territórios estudados. Assim como permite ressaltar o distanciamento entre o que está instituído legalmente nos documentos regulatórios e o que é praticado em cada município.

Como resultado destes aspectos existentes nas redes municipais pertencentes aos Territórios estudados, identificou-se que os docentes recebem salários menores que outros profissionais com o mesmo nível de formação e, por isso, exercem outra função remunerada ou conformam-se com uma rotina que cabe no salário recebido, muitas vezes, abrindo mão das atividades de lazer, cultura e até mesmo investimentos na carreira.

Apesar de a maioria dos professores trabalhar em apenas uma escola, os dados percentuais apresentados nos gráficos 2 e 3 apresentam informações representativas de professores que trabalham em mais de uma escola, retratando a realidade da intensificação do trabalho docente e coaduna com os dados anteriores referentes à remuneração.

Os dados da tabela 1 revelam que a extensão do trabalho docente que é desenvolvido em casa. Isso priva os professores de atividades pessoais, leva à sobrecarga e adoecimento que são confirmados no gráfico 4 que demonstra a realidade do TIMSOBA e TISOBA em que os professores estão com um grau elevado de cansaço e de adoecimento.

Referências

- ASSUNÇÃO, Ada Ávila. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/agos. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 de set. 2016.
- BAHIA. **Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Salvador: BA. 2010. Disponível em : http://www.demacamp.com.br/svo/assets/decreto_2010_12354_institui-o-programaterrit%C3%B3rios-de-identidade-e-d%C3%A1-outras-provid%C3%A2ncias.pdf. Acesso em: 01 jul. 2018
- BAHIA, 2015. **Perfil dos Territórios de Identidade /Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. -Salvador: SEI, 2015. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v.2). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Acesso em: 01 jul. 2018.

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 22 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. CONAE 2018: **Documento Referência**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/wpcontent/uploads/2017/04/Documento-ReferenciaCONAE2018.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.
- BRITO, Regivane dos Santos; PRADO, Jany Rodrigues; NUNES, Claudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação (online)**, v. 10, p. 165-174, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6676>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- BRITO, Vera Lúcia Fernandes de. **Políticas públicas para valorização docente: planos de carreira e remuneração das redes municipais do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (TIMSOBA)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2019.
- CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2067–2082, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i3.14842. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14842>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- FERNANDES, Maria José da Silva; BARBOSA, Andreza. O trabalho docente na rede pública do estado de São Paulo: apontamentos iniciais para a discussão da jornada de trabalho. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.10, n. 11, jun./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/782>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Con nua): microdados 2012-2017**. 2018. Disponível em: http://ww2.ibge.gov.br/home/esta_sca/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_con_nua/default_microdados.shtm. Acesso em: 30 abril. 2018.
- ILHA, Franciele Roos da Silva; HYPOLITO, Álvaro Moreira. O trabalho docente no início da carreira e sua contribuição para o desenvolvimento profissional do professor. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.10, n. 17, jun./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/781>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- MASSON, Gisele. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 140, p.849-864, jul.-set., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Y4GnNgbwFYxX4FwxJ3g5JCn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 fev. 2021
- MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; CASTRO NETA, Abília Ana de; NUNES, Claudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente (Online)**, v. 19, p. 01-17, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- NUNES, Claudio Pinto. Formación y trabajo docente: cuestiones contemporáneas. **Revista Êxito**, Santarém, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/917>. Acesso em: 18 out. 2020.

OLIVEIRA, Eliane Guimarães de; SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Claudio Pinto. Desenvolvimento profissional docente: um olhar para além da formação. **Educa - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 5, p. 23-39, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3254>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PIOVEZAN, Patricia Regina; DAL RI, Neusa Maria. Flexibilização e intensificação do trabalho docente no Brasil e em Portugal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n2/2175-6236-edreal-44-02-e81355.pdf>. Acesso: em 16 mai. 2019.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Cláudio Pinto. Valorização docente na conjuntura do pós impeachment de 2016 no Brasil. **Revista Cocar (online)**, v. 13, p. 1-20, mai/ago, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Vidal/Downloads/belfares,+2518-6956-1-CE.pdf>. Acesso em 12 mar. 2022.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; LESSA, Rosângela Souza; VIDAL, Tiana Oliveira; SOUZA, Ingrid Sampaio. Condições de trabalho e saúde de docentes do interior da Bahia. In: NUNES, Cláudio Pinto; CARDOSO, Berta Leni Costa; SOUSA, Erivan Coqueiro. **Condições de trabalho e saúde do professor**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/editora/wp-content/uploads/CONDI%C3%87%C3%95ES-DE-TRABALHO-E-SA%C3%9ADE-DO-PROFESSOR-site.pdf>. Acesso em 11 mar. 2022

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Cláudio Pinto. Neoconservadorismo e educação brasileira. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, v. 10, p. 25-41, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/11886> . Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Claudio Pinto. Valorização docente na conjuntura do pós impeachment de 2016 no Brasil. **Revista Cocar (online)**, v. 13, p. 1-20, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2518>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Claudio Pinto. Formação docente: o instituído no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 1-25, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i6.10117. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/10117>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Claudio Pinto. Plano de carreira enquanto estratégia de resistência para a valorização docente no território de identidade do sudoeste baiano. **Revista Educação e Emancipação (UFMA)**, São Luís, v. 12, p. 93-113, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12403>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal. **Valorização docente no território de identidade do Sudoeste Baiano: o instituído e o praticado**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2019.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira da Silva; NUNES, Cláudio Pinto. O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 251-270, set./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/914>. Acesso em: 21 fev. 2022.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira; NUNES, Claudio Pinto. A valorização docente e a lei do piso salarial: um estado da arte. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, p. 437-452, 2019a. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/1886>. Acesso em: 23 fev. 2022.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira; NUNES, Claudio Pinto. O Piso Salarial Nacional no Contexto do Financiamento da Educação no Brasil: limites e possibilidades do seu cumprimento. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**. v. 9, p. 1-17, 2019b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/90205>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira; NUNES, Claudio Pinto. Os sentidos atribuídos ao piso salarial nacional como política pública de valorização docente. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 12, n. 29, p. 195-212, 2019c. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/10688>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Daniela Oliveira Vidal da Silva. Doutoranda em Educação Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice Líder do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (GEPEP/CNPq). Assessora Pedagógica do Centro Universitário UniFTC Vitória da Conquista, Bahia. Contribuição de autoria: conceituação, análise formal, investigação, redação do rascunho original, revisão do texto final - <http://lattes.cnpq.br/1584020921923985>

Vera Lúcia Fernandes de Brito. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), *Campus Itapetinga*. Membro do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) e do Grupo de Pesquisa e Laboratório de Estudos em Humanidades - LABHUMA-IF Baiano/Itapetinga. Contribuição de autoria: conceituação, análise formal, investigação, redação do rascunho original, revisão do texto final - <http://lattes.cnpq.br/9306683977993441>

Cláudio Pinto Nunes. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Contribuição de autoria: curadoria de dados, conceituação, análise formal, investigação, redação do rascunho original, revisão do texto final - <http://lattes.cnpq.br/6979931694367304>

Como citar este artigo

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Claudio Pinto. Refletindo sobre as condições de trabalho e saúde de docente no sudoeste da Bahia. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 02, e12222, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v2.12222>